

Financiamento da Universidade Federal do Cariri à Luz do Desenvolvimento Sustentável em um Contexto de Crise

Amanda Bezerra de Carvalho

Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte/CE – Brasil

Zuleide Fernandes de Queiroz

Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte/CE – Brasil

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar os aspectos atuais que estão refletindo sobre o financiamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA) no atual contexto de crise diante de seguidos cortes e contingenciamento de verbas. Trata-se de um estudo de caso, de cunho qualitativo, a partir do levantamento de informações bibliográficas, documental e aplicação de questionário aos gestores que se relacionam diretamente com o financiamento da mencionada instituição de ensino. Inicialmente a amostra totalizava nove participantes, dos quais apenas dois aceitaram o convite. Os questionários foram aplicados entre os meses de maio a julho do ano de 2021. A pesquisa reforçou o discurso atual sobre as dificuldades enfrentadas pelas universidades públicas no Brasil, demonstrando que os cortes e contingenciamentos de verbas afetam o desenvolvimento das instituições de ensino, a comunidade local, a ciência e indiscutivelmente o progresso das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: **Financiamento. Educação Superior. Desenvolvimento Sustentável.**

Financing the Federal University of Cariri in light of sustainable development in a crisis context

Abstract

The objective of this study is to present the current aspects that are reflecting on the financing of the Federal University of Cariri (UFCA) in the current context of crisis. This is a case study, with a qualitative approach, with a survey of bibliographic and documental research and application of a questionnaire to managers who relate directly to the financing of the mentioned educational institution. Initially, the sample totaled nine participants, of which only two accepted the invitation. The questionnaires were applied between the months of May and July 2021. The research reinforced the current discourse on the difficulties faced by public universities in Brazil, demonstrating that the cuts and budget restrictions that should be allocated to higher education affect the development of educational institutions, the local community, science, and undoubtedly the progress of teaching, research, and extension activities.

Keywords: **Financing. Higher Education. Sustainable Development.**

Financiamiento de la Universidad Federal de Cariri a la Luz del Desarrollo Sostenible en un Contexto de Crisis

Resumen

El objetivo de este estudio es presentar los aspectos actuales que se reflejan sobre el financiamiento de la Universidad Federal de Cariri (UFCA) en el actual contexto de crisis ante

continuos recortes y contingencia de fondos. Se trata de un estudio de caso, de carácter cualitativo, basado en la recopilación de información bibliográfica y documental y la aplicación de un cuestionario a los directivos que tienen relación directa con el financiamiento de la mencionada institución educativa. Inicialmente, la muestra totalizó nueve participantes, de los cuales solo dos aceptaron la invitación. Los cuestionarios se aplicaron entre mayo y julio de 2021. La investigación reforzó el discurso actual sobre las dificultades que enfrentan las universidades públicas en Brasil, demostrando que los recortes y contingencias afectan el desarrollo de las instituciones educativas, la comunidad local, la ciencia e indiscutiblemente el progreso de la enseñanza, actividades de investigación y extensión.

Palabras-clave: **Financiamiento. Educación universitaria. Desenvolvimento sustentável.**

Introdução

O cenário contemporâneo de crises econômicas, políticas e institucionais impactam diretamente a estrutura orçamentária das instituições públicas de ensino superior do Brasil. Consequentemente, a expansão das políticas públicas sofre reflexos contínuos. Em pleno século XXI o acesso à educação superior em algumas regiões do Brasil ainda é precário, principalmente para as populações interioranas e com baixos recursos financeiros. Nesse sentido, a discussão a respeito da obrigatoriedade de o Estado financiar o ensino superior público desencadeia diversas polêmicas, e até que ponto o Estado assume essa obrigação em um contexto de instabilidade?

Esse debate ganha ênfase com o esgotamento do Estado de Bem-Estar social, a crise fiscal e a pretensão pelo controle dos gastos públicos. Nessa conjuntura, mostrou-se relevante contextualizar o cenário das implicações sobre o financiamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA), diante dos atuais desafios que emergem para o sistema educacional brasileiro, em especial a educação superior, em que os governantes adeptos das políticas neoliberais colocaram em evidência o discurso do público e do privado, ou ainda, pela necessidade de construção de um eficiente modelo educacional apto a enfrentar os desafios do século atual, que se constrói através do financiamento público.

As técnicas de pesquisa utilizadas para a consecução dos objetivos da pesquisa envolveram basicamente a pesquisa do tipo estudo de caso, com a abordagem dos dados pelo método qualitativo. Para tanto, os dados foram coletados através das pesquisas documentais, análise de documentos oficiais, revisões bibliográficas, aplicação de questionários semiestruturados, com análise do *corpus* textual a partir do *Software* Iramuteq.

Assim, a presente pesquisa se destina a apresentar os aspectos incidentes sobre o financiamento da Universidade Federal do Cariri, em um contexto de cortes e contingenciamento de verbas. Para tanto, foram analisados a estrutura acadêmica, organizacional, o financiamento destinado à instituição e os aspectos jurídicos de sua formação, como fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais brasileiras (Reuni), desmembrando-se e adquirindo autonomia perante a Universidade Federal do Ceará (UFC) no ano de 2013. Compete ressaltar, ainda, que o Desenvolvimento Sustentável emerge como peça basilar nos documentos institucionais e na consecução das atividades da Universidade.

Fundamentação teórica

A reforma da educação superior foi operacionalizada por algumas diretrizes, a primeira delas, com base na modernização do Estado, disseminada por organismos financeiros internacionais, incentivou que os governos dos países em desenvolvimento reduzissem gastos públicos com educação e, em contrapartida, estimulou a diversidade das fontes de financiamento das universidades públicas; já a segunda diretriz foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

A política de expansão das universidades públicas tem variados potenciais de transformação a curto, médio e longo prazo, aspirando, conforme Suliano (2013, p. 17) “[...] que a expansão é uma vertente da democratização do acesso à educação superior e considerando ainda a função social das instituições federais de ensino, qual seja a de contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais”. A chegada da Universidade Federal do Ceará no interior do estado e, posteriormente, a UFCA no Cariri Cearense proporcionou a ampliação do desenvolvimento regional do semiárido e consequentemente o diálogo com os saberes tradicionais. Nesse sentido, é possível afirmar que as ações da Universidade Federal do Cariri encontram respaldo nas dimensões do Desenvolvimento Sustentável que a instituição promove junto à comunidade acadêmica e comunidade local.

A terceira diretriz para o financiamento provém do incentivo para que as Instituições de Ensino Superior recolham recursos próprios ou suplementares, ou seja, através da cobrança de mensalidades de cursos de especialização *lato sensu*, de prestação de serviços de saúde pelos hospitais universitários e outros. Segundo Amaral (2008), na primeira década do século XXI essas receitas suplementares correspondiam a 4% do total das fontes de recursos das universidades federais.

O processo de acumulação capitalista em países periféricos resulta da constituição de políticas de ajustes fiscais, que por sua vez minimizam o papel social do Estado, destacando-se o papel do fundo público. Embora as medidas fiscais existam desde a organização do Estado brasileiro, sua intensificação ocorreu a partir da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) aos dias atuais. Dessa forma, existe uma busca crescente pela desconstituição da educação enquanto direito social e a instituição do processo de categorização como responsabilidade de entes particulares ou do próprio indivíduo, viés mercantilizador do ensino.

Diversos governantes seguiram essa matriz ideológica, contudo é a partir do governo de Michel Temer, vice-presidente de Dilma Rousseff, que tomou posse do poder máximo do Executivo Nacional após o processo de *impeachment* da titular sob as alegações de “pedaladas fiscais”, que a situação de retirada de direitos sociais se aprofundou ainda mais, sob três casos extremamente emblemáticos: a Reforma Trabalhista, o início da proposta de Reforma da Previdência e a Emenda Constitucional nº 95/2016.

Assim, pode-se dizer que a pedra angular da política econômica brasileira se chama dívida pública e a sua financeirização, que ocorre através de diversos mecanismos, como a securitização, e, para o seu cumprimento, o Estado brasileiro impõe à população a retirada de direitos sociais e o aumento na carga tributária, contudo a dívida pública continua crescendo exponencialmente. Segundo dados oficiais do Senado Federal (2017), no ano de 2002 o

estoque da dívida interna e externa era da alçada de R\$ 4,155 trilhões, ao passo que, em 2016, evoluiu para R\$ 6,440 trilhões, ou seja, um aumento equivalente a 54,99% (BRASIL, 2017).

Averiguando os recursos destinados à dívida pública e às universidades federais, no período de 2003 a 2016, observa-se que a União destinou R\$ 6,329 trilhões para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto as universidades públicas federais receberam o correspondente a R\$ 499,367 bilhões. Embora se trate de despesas com naturezas distintas, percebe-se uma disparidade gritante em relação à destinação de recursos para o pagamento da dívida pública e a destinação de recursos para o desenvolvimento das universidades públicas (BRASIL, 2017).

A Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 nasceu submersa em polêmicas sobre os efeitos que desencadearia na garantia constitucional da educação enquanto direito social e fundamental. Objetiva a EC 95/2016 a instituição de cláusulas limites para as despesas primárias pelo período de 20 (vinte) anos, permitida a alteração do método de correção a partir do décimo exercício de vigência do Regime Fiscal de 2016 (art. 108, do ADCT).

O Constituinte Reformador instituiu, através da EC 95, o teto dos gastos públicos, como elemento de constrição da despesa pública, alegando que haveria o reequilíbrio do padrão de gastos da Administração Federal. A apuração para o limite de gastos foi estabelecida no art. 107, § 1º, inciso I do ADCT: “Para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento)”. No tocante à apuração do teto inicial, o critério envolvido é o do ano civil, já para o patamar de gastos máximos dos anos subsequentes o critério é o da variação do IPCA, apurado no período de 12 meses, encerrando-se em junho.

Posteriormente à EC nº 95/2016 vieram seguidos cortes e contingenciamento de verbas que seriam destinadas às universidades públicas federais. Em 27 de agosto de 2020, o governo federal enviou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso, com a previsão de um corte no orçamento discricionário das universidades no valor de R\$ 824.553.936 milhões, em relação à PLOA do ano de 2020, que se somava aos cortes ocorridos nos anos anteriores. A tramitação do projeto ficou paralisada e somente em 25 de março de 2021 o Congresso Nacional aprovou o orçamento. Contudo, ocorreu um novo corte equivalente a R\$ 176.389.214 milhões, totalizando para o ano de 2021 uma redução correspondente a R\$ 1.000.943.150 (Um bilhão, novecentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta reais), equivalente ao decréscimo de 18,16% em relação ao ano anterior.

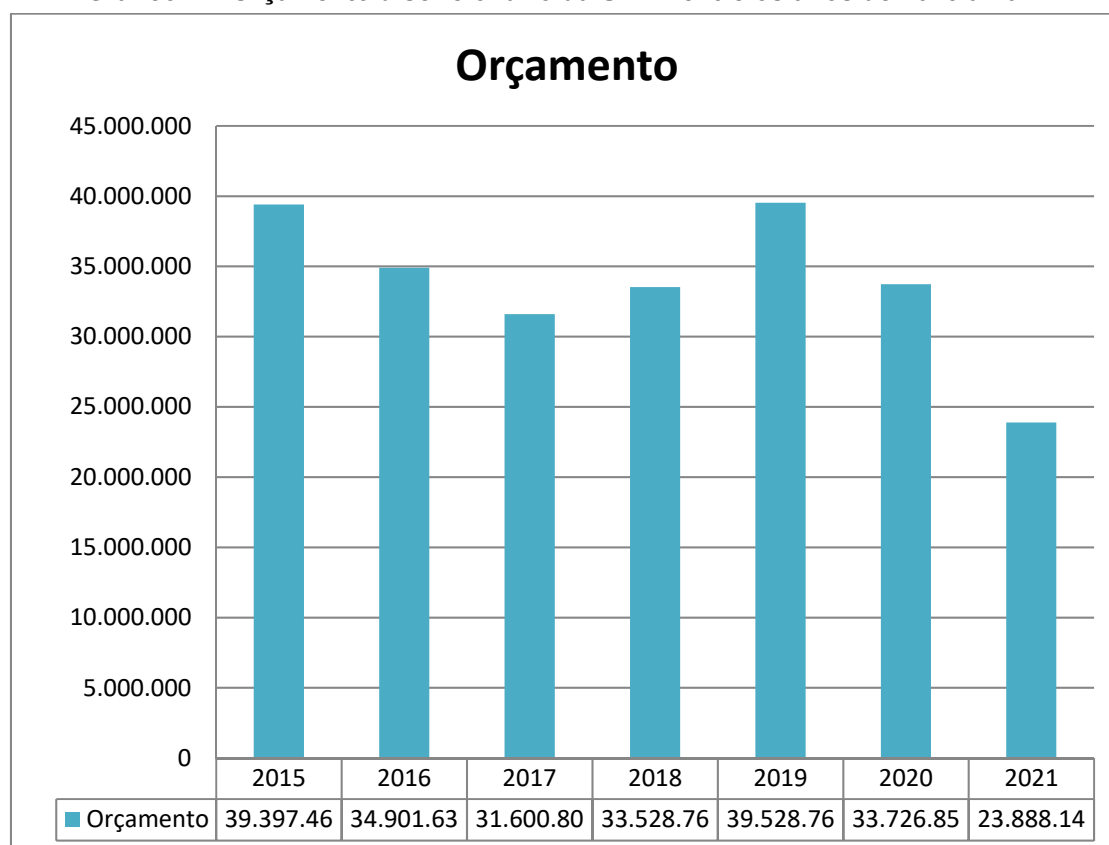
Recentemente, em abril de 2021, o Decreto nº 10.686 bloqueou na lei sancionada o correspondente a 2,7 bilhões do orçamento do MEC, refletindo em mais um contingenciamento para as universidades federais, dessa vez no percentual de 13,89% (ANDIFES, 2021). Mesmo com tamanha dificuldade orçamentária, as universidades públicas continuam se reinventando, dedicando-se a questões humanitárias, atuando no combate ao Covid-19 por meio de pesquisas, hospitais universitários e às diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Apesar de todo o impacto e limitações impostas pelos seguidos cortes, as universidades públicas não pararam de desempenhar suas atividades, tão importantes para o desenvolvimento nacional e regional, sejam nas capitais ou no interior dos Estados.

Nesse sentido, questionou-se como a Universidade Federal do Cariri tem enfrentado tal situação e como os cortes têm refletido no cotidiano da Instituição?

O desmembramento e independência da UFC campus Cariri para se tornar UFCA ocorreu devido ao Projeto de Lei nº 2.2008/11, com tramitação no Congresso Nacional, o qual se converteu em Lei Federal no ano de 2013 (Lei nº 12.826), adquirindo autonomia e independência, cujas missões consistem no desenvolvimento territorial sustentável, na valorização da cultura regional e no comprometimento com a responsabilidade social e sustentável, enaltecendo o caráter regional (UFCA, 2016a; 2016b).

As verbas advindas para a UFCA provêm do orçamento público, instrumento governamental de alocação de recursos para a concretização dos anseios sociais. No entanto, frequentemente as instituições públicas de ensino superior vêm padecendo com a diminuição do orçamento. Com base no gráfico abaixo verifica-se a retração no orçamento discricionário da UFCA, com uma única exceção para o ano de 2019:

Gráfico 1 – Orçamento discricionário da UFCA entre os anos de 2015 a 2021



Fonte: Juazeiro Do Norte, UFCA (2021).

No atual governo, a UFCA e diversas outras universidades públicas passam por novos momentos de restrições orçamentárias. Para o ano de 2021, a UFCA conta apenas com R\$ 23.888.144 no seu orçamento discricionário, o que representa um decréscimo de 39% em relação aos últimos anos. Esse contingenciamento afetou diretamente o desenvolvimento de novas pesquisas e a continuação das pesquisas já iniciadas, com o corte e redução do número de bolsas, influenciando o potencial da pesquisa. Para ilustrar, nos últimos quatro anos a UFCA teve uma redução do número de bolsas CAPES no percentual de 84%, ou seja, no ano de 2016 as bolsas foram reduzidas de 239 para 36 (UFCA, 2020).

O corte ou contingenciamento implica também na impossibilidade de investimentos ou na continuidade das obras de ampliação dos campi, criação de novos laboratórios, novas salas de aulas, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis e equipamentos. Essas consequências geram efeitos no hoje e no futuro das universidades, desencadeando cenários de frustrações internas e externas. Mesmo em períodos críticos, acentuados pela pandemia de Covid-19, a UFCA, com as restrições orçamentárias ora comentadas, não desistiu de lutar pelo progresso da instituição e de seus estudantes: houve realocação de recursos para ajudar os alunos a continuarem os seus cursos, com a concessão de auxílios anuais, como a disponibilização de auxílio digital para aquisição de notebooks, disponibilização de chips e pacote de dados, auxílio moradia, transporte, creche, alimentação, emergencial, auxílio para adquirir óculos de grau, entre outros.

Metodologia e resultados

Para compreender o universo do financiamento da UFCA foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e aplicados questionários aos servidores da UFCA que atuam diretamente com a aplicação de verbas na universidade. Inicialmente, buscou-se entrevistar nove servidores diretamente relacionados ao âmbito de alocação de recursos, objetivando compreender as suas percepções e de que forma os seguidos cortes e bloqueios têm afetado a instituição, os projetos, os alunos, a comunidade e as Pró-Reitorias.

Todo o processo de convite e aplicação dos questionários foi realizado pela via eletrônica, através de e-mail institucional, reiterado por diversas vezes devido ao distanciamento físico necessário como medida crucial para amenizar a propagação do vírus da Covid-19. A amostra totalizava nove indivíduos relacionados à gestão da UFCA, uma vez que estes lidam diariamente com a aplicação e alocamento de verbas públicas, dos quais apenas três responderam aos convites, dois aceitaram participar, já o terceiro convidado não aceitou participar da pesquisa alegando não se sentir confortável em responder às perguntas. Os demais convidados permaneceram silentes, não respondendo às inúmeras tentativas de contato.

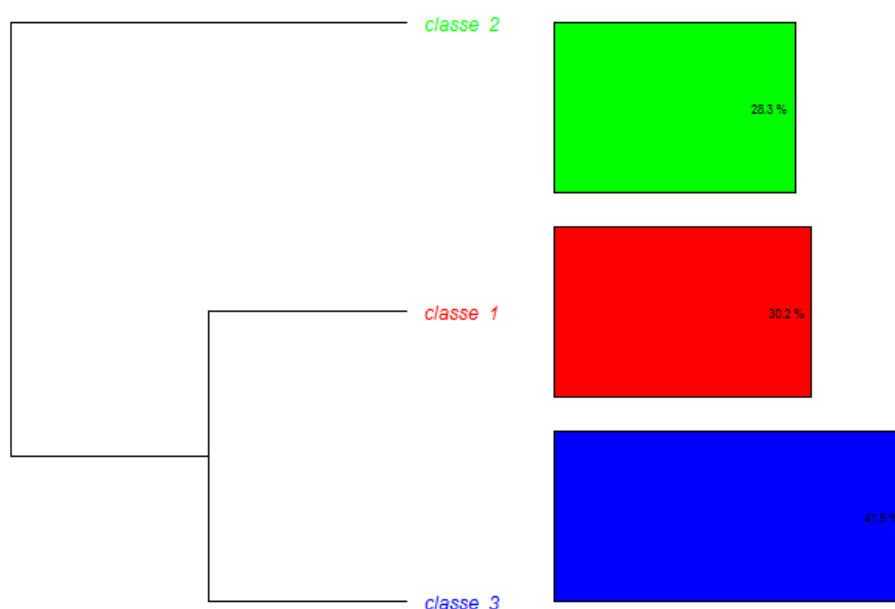
Assim, a aplicação dos questionários foi realizada no período do final do mês de maio a julho de 2021 objetivando aprofundar questionamentos a respeito do financiamento da UFCA, diante dos desafios que as Instituições Federais estão enfrentando, bem como sobre a relação que a UFCA mantém com o Desenvolvimento Sustentável. Os participantes foram informados sobre os aspectos éticos, livre participação, sigilo, responsabilidades dos pesquisadores e o anonimato em sua participação, por se tratar de uma pesquisa submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Medicina do Cariri (CEP/MEDCARIRI/UFCA), sob o Parecer de número 4.734.920.

Para análise inicial da pesquisa foi utilizado o *Software* Iramuteq e três formas de utilização do *corpus* textual coletado nos questionários. A primeira foi o método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), promovendo, a partir da divisão em classes de palavras, um agrupamento de acordo com a associação e o percentual diagnosticado no *corpus*. A segunda foi a Análise de Similitude, que consiste na coocorrência de palavras possibilitando a conexão e a formação de uma estrutura textual. E, por fim, utilizou-se a Nuvem de Palavras, que consiste no agrupamento de palavras gráficas, facilitando a compreensão de forma rápida e clara.

Cada pergunta foi denominada de Unidade de Contexto Inicial (UCI), resultando em Unidades de Contexto Elementar (UCE), permitindo a codificação, organização e semelhanças. O corpus textual foi constituído por 20 UCI, ou seja, as respostas dos questionários foram organizadas em um único arquivo no bloco de notas, totalizando 20 textos organizados na seguinte estrutura **** *Questão_1 e assim sucessivamente, o documento foi salvo no padrão UTF-8 (*Unicode Transformation Format 8 bit codeunits*). Foram suprimidas as perguntas e mantidas as respostas em sua integralidade.

O processamento do corpus durou 11 segundos e resultou em 97 segmentos de texto, sendo 720 formas e 1945 ocorrências. Aproveitou-se 85,44% do total do *corpus*, resultando em um bom índice de aproveitamento (CAMARGO; JUSTO, 2013). Após o processamento foram identificadas três classes semânticas através da Classificação Hierárquica Descendente, chegando-se à seguinte distribuição de classes temáticas:

Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Respostas dos questionários, Iramuteq (2021).

Seguindo os preceitos estabelecidos por Tatagiba (2012), a abordagem foi realizada sob seis passos: primeiro: organização dos dados/corpus para análise; segundo: leitura e releitura das respostas obtidas através dos questionários; terceiro: codificação por meio do *software* Iramuteq; quarto: descrição das categorias ou classes, realizando-se uma reavaliação das classes com as respostas obtidas; quinta: análise das categorias sustentadas pela literatura constante do trabalho; sexta: extração dos conteúdos obtidos pelos dados e análises, e apresentação dos resultados. Com base no dendograma da Figura 1, o *corpus* foi dividido em três classes textuais que compõem o estudo. Cada classe possui uma cor diferenciada, para facilitar a leitura e interpretação dos resultados, assim foi possível atribuir um título a cada classe. Vejamos:

Classe 1 – Manutenção da educação superior no contexto de dificuldades

Essa categoria demonstrou-se como a segunda de menor expressividade, com base no conteúdo analisado (30,2%). As palavras com maior representatividade foram: valor,

manutenção, dificuldade e potencial. O ano de 2020 trouxe inúmeras surpresas para todas as áreas com a pandemia provocada pelo SARS-CoV-19, um tipo de coronavírus, o Covid-19, modificando radicalmente as formas de relacionamento na sociedade mundial, cujas consequências foram especialmente acentuadas no Brasil devido à atuação desastrosa do governo federal para o controle da pandemia, com um posicionamento negacionista da ciência, da vacina, das medidas de isolamento e do uso de máscaras.

A educação precisou se adequar às novas exigências e modificações, as atividades pedagógicas passaram a ser realizadas de forma remota com o uso de ferramentas síncronas e assíncronas. Arelado a esse contexto de crise mundial as universidades públicas federais vêm sofrendo constantemente uma retração no seu orçamento, o que dificulta o crescimento das IES e a realização de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Recentemente diversas instituições anunciaram que estavam em situação crítica, ameaçadas de encerrar completamente as suas atividades devido à ausência de orçamento adequado (ANDES, 2021). Nesse contexto, afirmou o Participante 1:

Desejamos brevemente sair dessa situação de cortes e poder voltar ao pleno desenvolvimento de nossos projetos, com impactos sociais significativos. Vale lembrar que nós, que vivemos a universidade, estamos na linha de frente não apenas do combate às enfermidades, mas também do combate às opressões. Somos um universo de pessoas que pensam diariamente em como tornar o mundo um lugar menos injusto e mais próspero. Nesse sentido, é preciso que não apenas os componentes das universidades defendam os investimentos em instituições de ensino, mas que toda a sociedade compreenda a importância da existência desses espaços. Investir em Educação é investir em Ciência, em cidadãos com cultura democrática e, por esse motivo, investir em um futuro melhor.

Com relação aos cortes e contingenciamento de verbas que deveriam ser destinadas às universidades públicas federais, em especial à Universidade Federal do Cariri, afirmaram os participantes:

Participante 1: Com os cortes para este ano, haverá impacto nos programas de bolsas, tanto na pós-graduação, quanto na iniciação científica – e isso afetará bastante nossos programas de fomento à pesquisa. No entanto, os cortes vêm impactando todas as outras áreas de atuação da universidade, de diferentes formas. Preocupam em especial os cortes nos orçamentos discricionários das Instituições Federais de Ensino Superior, que financiam, além de despesas com manutenção e funcionamento, bolsas ofertadas aos estudantes, que são fundamentais para que eles tenham condições de seguirem seus estudos (principalmente em um contexto de dificuldades econômicas como o atual).

Participante 2: O contingenciamento afetou na redução das políticas culturais, no atendimento aos estudantes, na diminuição do número de bolsas, e ainda impediu a criação de novos projetos, programas e ações.

Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), o corte na Lei Orçamentária Anual de 2021 reduziu o orçamento destinado ao ensino superior no percentual de 18,2%, em comparação com o ano de 2020. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o corte de 1 bilhão no orçamento das universidades federais atingiu diretamente a assistência estudantil, com valor de R\$ 177,6 milhões que seriam destinados a auxílios para estudantes carentes.

Não há como negar que a manutenção da educação em um contexto de crise torna-se medida essencial. Segundo nota da ANDES-SN, o corte para o custeio das instituições de ensino superior provoca paralisação de serviços essenciais para o bom funcionamento, “[...] no meio de uma pandemia, o que se esperava era o aumento da alocação de recursos para fazer frente aos novos gastos, para garantir retorno seguro após a vacinação. Não é esse o cenário que se avizinha” (ANDES, 2021 p. 2)¹.

Classe 2 – Preocupação com o orçamento do ensino superior

Na categoria dois temos a menor expressividade, com apenas 28,3%. Os vocábulos com a maior representatividade são: ensino, superior, orçamento, viabilizar, instituição, pesquisa, pandemia e auxílio. A associação das palavras mais expressivas conclui a preocupação que existe dentro da universidade sobre o orçamento para as áreas de pesquisa e a concessão de auxílio aos estudantes, principalmente num contexto de pandemia. Essa classe reforça os argumentos tratados na classe 1, portanto, são classes que se complementam.

Para alcançar a manutenção do ensino superior em tempos de crise faz-se necessário maior investimento por parte do governo federal. O cenário extremamente preocupante envolve as ações de ensino, pesquisa, extensão, políticas e ações afirmativas de inclusão e assistência a estudantes em condição de vulnerabilidade social. Entidades sindicais, educacionais, estudantis e científicas lutam pela recomposição e alocamento de novos recursos para a educação.

O orçamento público é um instrumento legal com previsão de receitas e despesas para um determinado período, normalmente um ano, aprovado pelos representantes eleitos pelo povo e seguindo princípios norteadores dos processos orçamentários. Consiste, ainda, em ferramenta essencial na concretização de políticas públicas, tendo em vista que as IES promovem o desenvolvimento nas suas mais diversas dimensões, sejam elas social, econômica, sustentável, ambiental e outras. E considerando, ainda, o compromisso legal dos entes federados com a educação, o orçamento mostra-se como estratégia financeira diretamente relacionada com a gestão para o desenvolvimento dentro e fora das universidades. Nesse ínterim afirmaram os participantes:

Participante 1: O contingenciamento de 42,27% nas despesas de investimento inviabiliza o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Sem financiamento de bolsas, esses projetos ou são abandonados ou são executados pelos pesquisadores sem o mesmo potencial. Isso impacta a formação de grupos de pesquisa competentes, geralmente formados com décadas de esforço nacional. São eles que permitem enfrentar epidemias emergentes, buscar novas fontes de energia, garantir segurança alimentar, estruturar empresas inovadoras com protagonismo internacional, reforçar a segurança nacional e aumentar o valor agregado das exportações. Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do País. É imperiosa a revisão desses cortes, que atingem o desenvolvimento, a segurança e a soberania nacional.

¹ Disponível em: [https://www.andes.org.br/diretorios/files/JAMILE02/158e2f938478ffbc5a9c729491a198f5_1620069182/%20\(2\).pdf](https://www.andes.org.br/diretorios/files/JAMILE02/158e2f938478ffbc5a9c729491a198f5_1620069182/%20(2).pdf). Acesso em: 03 ago. 2021.

Participante 2: Uma vez que inviabiliza o crescimento da UFCA, tendo em vista que esse crescimento está vinculado necessariamente ao aumento de investimento.

Segundo Silva e Rissi (2017), no Brasil o orçamento público respalda-se em legislações orçamentárias com fundamento da Constituição Federal de 1988, sendo composta de três instrumentos básicos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, os recursos públicos ainda se mostram escassos, com seguidas restrições. Indiscutivelmente a educação superior pública agrega valores para a democratização, acesso e permanência dos estudantes, principalmente aqueles que são oriundos de escolas públicas, historicamente travando lutas pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade (SILVA *et al.*, 2012).

Classe 3 – Recursos para o desenvolvimento de projetos sociais e sustentáveis

A classe três, possuidora da maior expressividade (41,5%), apresentou os seguintes vocábulos mais significativos: projeto, recurso, social, meio, impacto, ação, cultural e desenvolvimento. Para atingir os fins dessa classe mostra-se necessário a instituição de políticas públicas que priorizem a educação e seus projetos sustentáveis e sociais. Ponderou o participante 1 sobre essa temática:

A UFCA tem potencial para alcançar metas ousadas, principalmente em pesquisa. Mesmo sendo uma instituição jovem, a UFCA já produz pesquisas de qualidade em pleno sertão cearense, estudando objetos como fósseis, plantas medicinais, *softwares* e dimensões além do espaço-tempo. Desde 2013, a Universidade já soma 371 projetos de pesquisa e mais de dois mil artigos classificados no Qualis Periódicos. Mantém firme o propósito de defender a Ciência no Brasil e na região do Cariri, repudiando quaisquer tentativas de descaracterizar o longo e árduo processo de avanço em pesquisa e inovação que, apesar das dificuldades, alcançamos. E é somente dessa forma que vejo como melhorar nosso financiamento, que impacta em pesquisa, pós-graduação e inovação. Indo à luta, defendendo nossa instituição, nosso importante papel na sociedade, que é formar cidadãos críticos, reflexivos e conscientes do papel da ciência, e da formação para uma tomada de posicionamento. Promovendo mudanças de paradigmas em especial para nossa educação.

A educação em todos os seus níveis é um dever do Estado, um bem público, que deve ser ofertado a toda coletividade. Portanto, detentor do status de direito social, capaz de modificar o meio social dos indivíduos e propiciar uma sociedade mais justa e igualitária, introduzindo o desenvolvimento como sustentabilidade, sendo este capaz de ampliar as dimensões qualitativas e subjetivas (SACHS, 2004).

Compete ressaltar a importância da implementação de políticas públicas educacionais que aprimorem e promovam o acesso e permanência à educação. Embora nesses dois últimos governos tenha havido retrocessos na educação, com tentativas de desestabilizar as universidades públicas, imersos em uma crise social, com forte desemprego e alta inflação, afetando, sobretudo, a classe mais pobre da população brasileira. Indagados a respeito dos recursos da UFCA no ano de 2021 para o desenvolvimento de projetos, informou o participante 1:

Os cortes vêm impactando todas as outras áreas de atuação da universidade de diferentes formas. Preocupam em especial os cortes nos orçamentos discricionários das Instituições Federais de Ensino Superior, que financiam, além de despesas com

manutenção e funcionamento, bolsas ofertadas aos estudantes, que são fundamentais para que eles tenham condições de seguirem seus estudos (principalmente em um contexto de dificuldades econômicas como o atual). Em especial agora na pandemia, os auxílios e bolsas estudantis são importantíssimos, inclusive para viabilizar o Ensino remoto. Aqui na UFCA, a inclusão digital de nossos discentes ocorre desde 2018. Em 2020, a Pró-Reitoria ampliou o acesso à inclusão digital, por meio da adição da linha de acesso à internet e da adesão da UFCA ao projeto Alunos Conectados do MEC, para a disponibilização e monitoramento de chip/pacote de dados, por meio de operadoras de Serviço Móvel Pessoal. Temos focado em reduzir a evasão, mesmo entendendo que esta é multifatorial. Acreditamos que mais investimentos podem minimizar os motivos que levam os estudantes a desistirem dos seus cursos.

Alinhado a essa pergunta questionou-se sobre a percepção do participante acerca do Desenvolvimento Sustentável e a criação da UFCA. Vejamos:

Participante 1: Para tais fins, a instituição conta com projeto, ações de extensão e práticas alinhadas à sustentabilidade. Em minha opinião faz todo sentido essa marca vir na missão, na visão e nos valores da UFCA, principalmente por estarmos situados em uma região que acima de tudo mostra o seu valor a partir da manutenção da sua rica biodiversidade, e, através da fauna e flora local, é possível usufruir de maneira sustentável das riquezas regionais. A UFCA tem muito potencial em biodiversidade e isso torna mais fácil o desenvolvimento dessa região, atrelando tudo ao conhecimento científico, por meio de projetos que tenham um caráter de tecnologia social, com foco no aproveitamento sustentável dos recursos e o desenvolvimento desta terra. É o casamento perfeito, uma instituição federal que tem em seu cerne a qualidade na sua formação profissional e uma região com tamanhas potencialidades para o desenvolvimento.

Participante 2: A UFCA proporcionou ampliação do desenvolvimento regional sustentável, mas ainda falta execução na prática, mais diretamente no cotidiano, dos princípios e valores desse Desenvolvimento.

No que se refere à sustentabilidade no âmbito das universidades, geralmente se relacionam com a justiça social e a responsabilidade com o meio ambiente, ligadas às interações internas, externas e à comunidade. Em algumas universidades visualiza-se a integração com o desenvolvimento sustentável através de ações como: previsão na missão, valores e instrumentos reguladores internos; contratações sustentáveis; orientações e desenvolvimento de projetos sustentáveis; inclusão no currículo de habilidades e conhecimentos sustentáveis, como a educação ambiental; conservação e reutilização de água, lixo, biodiversidade; desenvolver parcerias entre universidade, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais sobre conhecimentos e experiências relacionadas ao alcance do desenvolvimento social e sustentável.

A UFCA prioriza as ações que estimulam o contato com os saberes populares, o forte desenvolvimento econômico da região do Cariri, as interações e convivências com a comunidade local, que é realizada através dos projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão em busca de uma construção contínua nos relacionamentos internos e externos. Para a promoção do desenvolvimento sustentável, a UFCA promove algumas atividades como: Pós-graduação *stricto sensu* na área de Desenvolvimento Regional Sustentável – visando a formação de mestres com uma abordagem interdisciplinar relacionando os preceitos do desenvolvimento regional sustentável através de estudos e práticas associadas à universidade e à comunidade; Programa de doutorado institucional com a UnB do Centro

de Desenvolvimento Sustentável – promovendo a formação de professores doutores da universidade, com formação predominante na área do Desenvolvimento Sustentável, de forma que os conhecimentos adquiridos possam ser utilizados nos projetos de pesquisa e extensão; Curso de especialização em Permacultura – desenvolvendo nos estudantes uma formação prática voltada para a criação de ambientes sustentáveis, priorizando o equilíbrio e a harmonia com a natureza; Curso de extensão em Permacultura e Bioarquitetura – voltado para o desenvolvimento de projetos sustentáveis no âmbito de construções que não degradem o meio ambiente; Plano anual de capacitações da UFCA: Curso de Desenvolvimento Regional Sustentável, Curso de Licitações Sustentáveis; Curso de Libras para capacitação de servidores; Fórum de Educação Inclusiva no ensino da UFCA; Campanha do plantio de mudas do Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes; Instituição da Revista Ciência e Sustentabilidade; Desenvolvimento de atividades de extensão e cultura; Promoção de pesquisas e eventos científicos sobre sustentabilidade; Realização de atividades administrativas, logística e infraestrutura com a preocupação em promover a gestão eficiente de recursos renováveis, racionalização dos gastos e promoção da qualidade de vida da comunidade acadêmica; Projeto de energia fotovoltaica – demonstrando preocupação em racionalizar e produzir energias renováveis, pois a região do Cariri possui elevada incidência solar anual.

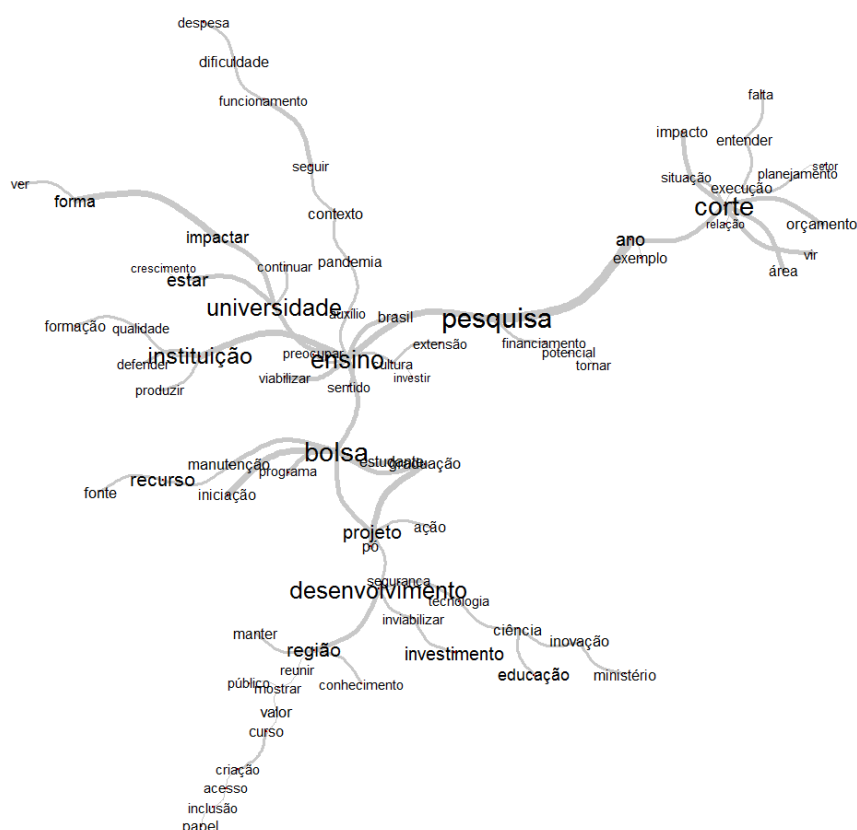
Para a concretização dessas e tantas outras atividades o financiamento adequado se mostra essencial, sem tal adequação o movimento torna-se fragilizado. Conforme Bezerra e Rosito (2011, p. 186), a aproximação entre universidade e semiárido possibilita novas concepções de desenvolvimento sustentável. Vejamos:

Essa concepção de convivência com o semiárido implica a reconstrução de valores, princípios e prioridades que orientem novas concepções de desenvolvimento sustentável, que dependem em grande parte de mudanças de conhecimentos e atitudes por parte da população e, principalmente, dos governantes construindo e implementando políticas de educação inclusiva e contextualizada que garantam acesso, qualidade e respeito às diversidades do semiárido (BEZERRA; ROSITO, 2011, p. 186).

Destarte, a UFCA se mostra uma Universidade aberta a novas realidades, busca a continuidade em seu desenvolvimento e na construção da região na qual está inserida, alinhando a propagação do conhecimento crítico, que deve estar pautado na democratização do ensino superior de qualidade. A relevância da educação como ferramenta para a promoção do desenvolvimento humano e sustentável para uma determinada localidade ou comunidade mediada por instituições públicas de ensino superior é demonstrada quando os sujeitos envolvidos se valem dos conhecimentos adquiridos para a construção de um novo modelo de sociedade, pautada na liberdade, explanada por Sen (2000).

A partir da próxima projeção - Análise de Similitude, é possível inferir os elementos centrais retratados nos questionários e seu nível de aproximação e distanciamento com as palavras chaves dos discursos, ancorada na teoria dos grafos e comumente chamada de árvore de similitude. Portanto, podem-se constatar as relações entre as palavras do corpus textual, por meio do agrupamento de grafos de acordo com a sua frequência.

Figura 2 – Análise de Similitude das respostas obtidas nos questionários

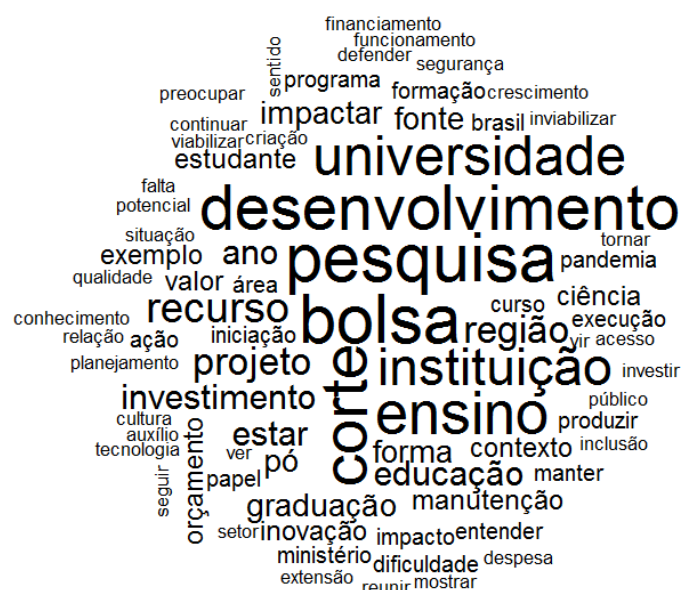


Fonte: Respostas do questionário, Iramuteq (2021).

Da figura acima se extraem as conexões e coocorrências entre as palavras e suas linhas. Considerando a espessura da linha mais grossa que as une, destacam-se as seguintes palavras: ensino, pesquisa, corte, universidade, bolsa e desenvolvimento. Com essa visualização percebe-se que o eixo central das respostas obtidas no questionário é o vocábulo ensino, através dele todas as demais palavras se ramificam. Podem-se considerar, por meio das conexões, três eixos: “o ensino é a base da pesquisa, da universidade e do desenvolvimento”, “os cortes orçamentários impactam diretamente a pesquisa” e “para promover pesquisa faz-se necessário bolsas que promovem desenvolvimento para a região e investimentos na educação”.

Os discursos apresentados pelos participantes da pesquisa demonstram uma clara preocupação com a afetação das restrições orçamentárias na consecução de projetos essenciais, relacionando-o à conjuntura política, institucional e econômica, cabendo aos gestores a tomada de decisões sobre a alocação de recursos mitigados, frente à enorme demanda de uma universidade e toda a sua complexidade.

No terceiro momento de análise, o método da nuvem de palavras proporciona uma rápida e didática identificação dos vocábulos com maior frequência do *corpus* textual. As palavras que obtiveram presença mais significativa foram: pesquisa, desenvolvimento, bolsa, corte, universidade, instituição, ensino e recurso.

Figura 3 – Nuvem de palavras do questionário

Fonte: Respostas do questionário, Iramuteq (2021).

Consequentemente, é mais uma forma de visualizar a nítida preocupação dos participantes com os cortes vivenciados pela UFCA. Os vocábulos apontam para a necessidade de manutenção e crescimento do sistema de ensino superior, em um período de submersão em desigualdades, com uma tentativa de que o ensino superior se torne restrito a uma pequena quantidade de pessoas, principalmente em universidades de excelência (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

Subsiste uma tentativa constante de desmonte de políticas públicas educacionais conquistadas ao longo do tempo, período marcado pela ausência de respeitabilidade e estabilidade que as universidades precisam. Sobrepujam-se as incansáveis reivindicações cotidianas daqueles que se relacionam e valorizam a educação brasileira como direito fundamental de todos, persistindo na busca pelo fortalecimento da educação em um sistema que deve valorizar o plural e o democrático.

Considerações finais

A origem da educação superior no Brasil tem um contexto elitista, em que apenas a classe nobre seria detentora da formação superior, em detrimento das minorias, que permaneciam à margem do direito à educação. Sobremaneira, quando se analisa a atual situação do ensino superior no Brasil, observa-se a tentativa de permanência da continuidade de um ciclo excludente. Numa sociedade desigual, a participação da população ainda se encontra distante de uma perspectiva real de inclusão da maioria da população brasileira, que segue excluída das decisões políticas, por meio das quais a classe dominante privilegiada favorece o alto empresariado.

O Estado brasileiro durante a pandemia de Covid-19 sofreu drasticamente as contradições sociais, que permeiam toda a história do Brasil, entre exploradores e explorados, não sendo diferente o resultado dessa correlação de forças com a educação superior pública, que vem sendo constantemente pressionada com cortes e contingenciamentos de verbas. A

implementação de reformas desfocaliza a exclusividade em fornecer a educação superior, podendo organizações públicas não-estatais e privadas ofertarem tal modalidade de ensino. Existe nitidamente uma política expansionista, mas de cunho privado, ou seja, voltada para a mercantilização do ensino superior.

Os governos estabelecem uma lógica de contenção de gastos e racionamento de recursos para as instituições de ensino superior públicas federais, sendo diretamente afetados o custeio, o pagamento de pessoal, o investimento e a manutenção. O teto dos gastos públicos, implementado pela EC nº 95/2016, agride os direitos sociais, atingindo diretamente o preceito básico de reduzir as desigualdades sociais e econômicas, se não as atenua. Afinal, os problemas no Brasil não se reduzem ao padecimento de recursos, mas sim da ausência majoritária de governantes responsáveis para com a defesa dos direitos de todos.

Com os dados propostos no trabalho ficou evidenciado o percurso sólido pelo qual a UFCA busca a continuidade de suas atividades, tão essenciais para a região, e o quanto tem sido atingida pelos seguidos cortes e contingenciamento de verbas, implicando na redução de subsídios aos estudantes, no crescimento da universidade e nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. O diálogo entre as fontes bibliográficas e os questionários respondidos por alguns gestores da UFCA teve o importante papel de confrontar ou sincronizar as ideias até então explanadas por outros autores, com outras instituições e com outras realidades.

Orientada a ação pública libertadora, encontramos argumentos que reafirmam o estabelecimento de maiores investimentos em educação. Diante da política de contingenciamento, todos os setores da universidade foram atingidos e, de forma mais transparente, aqueles estudantes em situação de maior necessidade e apoio. Não há como negar que a educação é transformadora, de forma interna e externa provoca alterações substanciais nos indivíduos, na comunidade, naqueles que se relacionam direta e indiretamente com ela. Tampouco podemos amenizar a situação política que vivenciamos, de descaso por parte do governo em relação às Instituições Públicas de Ensino Superior.

A implantação da UFCA provocou grande impacto positivo na região do Cariri, e isso só é possível através do financiamento de suas ações, com a ampliação de novos cursos, corpo docente, técnico, estrutura e todo o acervo que se mostra tão essencial à concretização da educação superior no interior do estado cearense. Outrossim, suas atividades são permeadas pela inclusão do Desenvolvimento Sustentável na sua missão, valores, ações, projetos, em toda a sua cadeia estrutural, por ser uma universidade arraigada à região na qual se encontra inserida.

O incentivo estatal à educação torna-se decisivo para o seu crescimento, diante de um cenário de luta permanente por melhores condições de acesso à universidade pública no Brasil. Historicamente, a trajetória da educação passou por um processo heterogêneo, e até hoje subsistem as disparidades no desenvolvimento e implementação de políticas educacionais. Claramente, ainda estamos longe do cenário ideal, quando levamos em conta os investimentos públicos na seara educacional.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as Ifes – de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 258-282.

ANDES. Sindicato Nacional (ANDES-SN). **Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira**. 3. Ed. atual. Rev. Brasília: ANDES-SN, 2021.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. Formação de profissionais que atuam em escolas de educação básica localizadas no semiárido brasileiro: uma contribuição aos estudos da alteridade nas políticas públicas. **Ensaio: avaliação políticas públicas Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 165-190, jan./mar. 2011.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal e ensino superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias de desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Mariana Wagner da; RISSI, Maurício. **Orçamento e estratégia na gestão universitária**: um estudo bibliométrico. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181156>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Patrícia Maria et al. Planejamento Orçamentário: As práticas da Universidade Federal de Lavras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 209-227, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p209/23688>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SULIANO, Daniele Cirilo. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)**: avaliação das repercussões educacionais e sociais. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2013.

TATAGIBA, Alessandro Borges. CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. '3 ed.' Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 205–208, 2012.

UFCA. Universidade Federal do Cariri. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri** - Período 2016/2020 (Documento Base para Consulta Pública). Juazeiro do Norte, 2016a. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/memorandos-1/proplan-2/4522-pdi-ufca-2020-documento-base-formato-pdf-1/file>. Acesso em: 19 mai. 2020.

UFCA. Universidade Federal do Cariri. **Projeto de Implantação da UFCA**. Juazeiro do Norte, 2016b.

Amanda Bezerra de Carvalho é mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário. Advogada.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0701-8863>

E-mail: bzrramanda@gmail.com

Zuleide Fernandes de Queiroz possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1986), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1992), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2003) e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). É professora da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte (FMJ) e dos Programas de Pós-Graduação: Programa de Mestrado Profissional em Educação PMPEDU/URCA, PROFHISTÒRIA/URCA e PRODER/UFCA.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3174-4750>

E-mail: zuleidefqueiroz@gmail.com

Recebido em 14 de setembro de 2021

Aprovado em 25 de outubro de 2021